

Atlas Catarina 3 Energia SPE Ltda.

(Em fase pré-operacional)
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório de revisão dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Quotistas e Diretores da
Atlas Catarina 3 Energia SPE Ltda.
Janaúba- MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Atlas Catarina 3 Energia SPE Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 17 de agosto de 2023 até 31 de dezembro de 2023, bem como, as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Atlas Catarina 3 Energia SPE Ltda., em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 17 de agosto de 2023 até 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Daniel Aparecido da Silva Fukumori
CRC 1SP245014/O-2

Atlas Catarina 3 Energia SPE Ltda

Balancos Patrimoniais

Período de 17 de agosto até 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2023	Passivo	Nota	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	7	9	Fornecedores	9	7
			Outras contas a pagar	9	14
Total do ativo circulante		9	Total do passivo circulante		21
Imobilizado em andamento	8	77	Patrimônio líquido	10	
Total do ativo não circulante		77	Capital social		78
			Prejuízos acumulados		(13)
			Total do patrimônio líquido		65
Total do ativo		86	Total do passivo e patrimônio líquido		86

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atlas Catarina 3 Energia SPE Ltda

Demonstrações de resultados

Período de 17 de agosto até 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	<u>31/12/2023</u>
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	11	<u>(13)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>(13)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>(13)</u>
Resultado do período		<u><u>(13)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atlas Catarina 3 Energia SPE Ltda

Demonstrações dos resultados abrangentes

Período de 17 de agosto até 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

31/12/2023

Prejuízo do período

(13)

Outros resultados abrangentes

Resultado abrangente do período

(13)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atlas Catarina 3 Energia SPE Ltda

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Período de 17 de agosto até 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital subscrito	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 17 de agosto de 2023		-	-	-
Integralização de capital	10.a	78	-	78
Prejuízo do período		-	(13)	(13)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>78</u>	<u>(13)</u>	<u>65</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atlas Catarina 3 Energia SPE Ltda

Demonstrações dos fluxos de caixa

Período de 17 de agosto até 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>31/12/2023</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período		<u>(13)</u>
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Outras contas a pagar	9	<u>14</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>1</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		<u>1</u>
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		
Aquisição ao ativo imobilizado		<u>(70)</u>
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(70)</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento		
Integralização de capital	10	<u>78</u>
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>78</u>
Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u>9</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	7	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	7	<u>9</u>
		<u><u>9</u></u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A Catarina 3 Energia SPE Ltda. ("Empresa") é uma SPE constituída na forma de sociedade de projeto específico de capital limitado domiciliada no Brasil, com sede em Área Rural de Janaúba, s/n, na cidade de Janaúba, no estado de Minas Gerais.

A empresa foi constituída em 17 de agosto de 2023, e tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção e a exploração para usinas fotovoltaica de geração de energia elétrica; comercialização da energia elétrica, bem como a prática de atos de comércio, relacionados a essas atividades; importação e exportação de equipamentos para usinas fotovoltaica de geração de energia elétrica.

Atualmente a empresa encontra-se em fase de desenvolvimento, com expectativa de entrar em operação comercial em início de 2026.

1.1 Aspectos relacionados aos indicadores financeiros

Atualmente a Empresa encontra-se em fase de pré-operacional devido a este estágio apresentou capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2023, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, que é de R\$ 12 e prejuízo no período findo em 31 de dezembro de 2023 no valor de R\$ 13.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Empresa em continuar operando normalmente e qualquer necessidade de caixa será suprida através de aporte se sua subsidiária integral e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, se necessário, a Administração da Empresa poderá transferir recursos de outras partes relacionadas, todas sob o mesmo controle, de modo a permitir o cumprimento das obrigações financeiras da Empresa. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards – IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 16 de fevereiro de 2024.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Empresa é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração avaliou e não houve estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos passivos e despesas.

- **Vida útil dos ativos tangíveis – Nota explicativa nº 8:** Refere-se a ativos imobilizados onde a depreciação é feita pelo método linear, com base nas taxas anuais. A determinação da vida útil dos ativos é estimada pela Administração com base na estimativa de tempo de geração de recursos que tal ativo espera prover, limitando-se ao prazo de autorização de exploração.
- **Análise de redução ao valor recuperável da planta fotovoltaica – Nota explicativa nº8:** principais premissas em relação aos valores recuperáveis da Planta fotovoltaica;

5 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente para o período apresentado e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

b. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de construção, que inclui principalmente os custos de obtenções de licenças ambientais, serviços de construção e compra de equipamentos para montagem das usinas fotovoltaicas.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa.

(iii) Depreciação

A Empresa não possui despesas de depreciação, tendo em vista que se encontra em fase pré-operacional.

O imobilizado em andamento registrado pela Empresa corresponde aos gastos ocorridos até o momento para a obtenção de licenças, aquisição de equipamentos e contratação de serviço para a construção das usinas fotovoltaicas. Neste período de construção estes gastos ativados estão sujeitos apenas as eventuais reduções por perda do valor recuperável (*impairment*), caso sejam detectadas evidências substanciais de perda. A depreciação destes ativos iniciará assim que terminar o período de construção e os ativos estiverem nas condições pretendidas pela Administração.

A vida útil estimada da usina fotovoltaica, assim que concluída, será de 30 anos, limitada ao prazo de autorização.

(i) Ativo identificável

A Administração compreende que um ativo satisfaz o critério de identificação, em termos de definição do ativo intangível, quando:

- for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade; ou
- resultar de direitos contratuais ou direitos legais.

(ii) Controle

A Administração compreende que um ativo satisfaz o critério de controle do ativo quando detém o poder de obter benefícios econômicos futuros gerados pelo recurso subjacente e de restringir o acesso de terceiros a esses benefícios.

(iii) Benefício econômico futuro

A Administração compreende que um ativo satisfaz o critério de obter os benefícios econômicos futuros quando tais benefícios incluem a receita da venda de produtos ou serviços, redução de custos ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela entidade

Após confirmado a consonância dos requerimentos de identificação de um ativo intangível, a Administração segue com o reconhecimento do Ativo Intangível.

(iv) Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(v) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(vi) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

A Administração compreende como vida útil do Ativo de Direito de acesso à Rede Básica de Transmissão de Pirapora – MG, o período da vigência deste direito que compreende 35 anos, a contar a partir do início da operação comercial do Grupo, previsto para primeiro semestre de 2023.

(i) Classificação e mensuração subsequente

d. Instrumentos Financeiros

(a) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(b) Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(ii) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

(iii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Os ativos não financeiros da Empresa encontram-se em construção e não apresentam indicativos que o valor contábil possa não ser recuperável.

6 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023, aos quais a Empresa não espera impactos significativos.

A Empresa não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações emitidas em 2020 visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024.

Devido esta norma estar sujeita à desenvolvimentos futuros, a Empresa não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período de aplicação inicial.

A empresa monitora os desenvolvimentos futuros.

b) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

c) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

A Empresa não participa de acordo de financiamento da cadeia de suprimentos para o qual as novas divulgações serão aplicadas.

d) Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa:

- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16)
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

7 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2023</u>
Depósitos à vista (a)	<u>9</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>9</u>

(a) Refere-se a depósitos bancários em conta corrente

8 Imobilizado em andamento

a. Conciliação do valor contábil

Custo de aquisição:	<u>Adições</u>	<u>31/12/2023</u>
Imobilizado em andamento	77	77
Total do imobilizado	<u>77</u>	<u>77</u>

- (a) Refere-se a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção e exploração para implementação de parque fotovoltaico.

Conforme previsto na política contábil de imobilizado constante na nota explicativa nº 5.a, a Empresa não reconheceu em 31 de dezembro de 2023 despesas com depreciação, tendo em vista que se encontra em fase pré-operacional e o ativo está em andamento, ou seja, não se encontra nas condições pretendidas pela Empresa.

A Empresa avaliou que até 31 de dezembro de 2023 não existem evidências de perda do valor recuperável de seu imobilizado em andamento.

9 Fornecedores

O saldo de fornecedores é representado por provisões de serviços de contabilidade e auditoria.

	<u>2023</u>
Contratação de serviços	7
Total de fornecedores	<u>7</u>
Outras provisões com serviços	14
Total de outras contas a pagar	<u>14</u>
Total de fornecedores e outras contas a pagar	<u><u>21</u></u>

10 Patrimônio líquido

a) Capital Social subscrito

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado da Empresa é de R\$ 78, representado por 78.000 quotas nominativas e sem valor nominal.

Conforme alterações contratuais realizadas no decorrer de 2023, a Empresa integralizou de capital o montante de R\$ 78 mediante transferência bancária.

11 Despesas gerais administrativas

	2023
Despesas de auditoria e serviços administrativos	(13)
Total	(13)

12 Partes relacionadas

a. Controladora e controladora final

A controladora direta é a Atlas Catarina Comercializadora de Energia Ltda. e o controlador final é GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

b. Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal-chave da Administração refere-se aos diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços é representada por salários e outros benefícios de curto prazo. Para o período de 2023 não foram fixadas remunerações.

13 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Como o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se aproximam do valor contábil não foi incluído informações sobre o valor justos desses instrumentos financeiros.

		2023 - Valor contábil	
	Nota	Valor justo através do resultado	Custo amortizado
Passivos			
Fornecedores	7	-	7
Outras contas a pagar	7	-	13
Total		-	21
		2023	
	Hierarquia do valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos			
Fornecedores	Nível 2	7	7
Outras contas a pagar	Nível 2	14	14
Total		21	21

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e
- **Nível 3** – *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela abaixo apresenta a técnica de valorização utilizada na mensuração dos valores justos de Nível 2 para instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial, assim como *inputs* não observáveis significativos utilizados:

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis
Outros passivos financeiros	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente dos pagamentos esperados, descontado por uma taxa ajustada de risco	Não Aplicável

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2023, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

b) Gerenciamento de risco financeiro

A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de taxa de juros.

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Empresa está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Empresa. A Empresa por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

i. Risco de crédito

	2023
Caixa e equivalentes de caixa	9
Total	9

Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

De modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, a Empresa centraliza suas operações apenas em instituições de primeira linha. a Empresa prioriza investimentos de curtíssimo prazo para obter o máximo de rendimento e máxima liquidez frente aos passivos contraídos.

ii. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Empresa.

31 de dezembro de 2023

	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				Mais que 10 anos
		Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	5 - 10 Anos	
Passivos financeiros						
Fornecedores	7	7	7	-	-	-
Outras contas a pagar	14	14	14	-	-	-
	21	21	21	-	-	-

14 Contingências

A Empresa não possui em 31 de dezembro de 2023 contingências passivas com avaliação de risco de perda provável ou possível.

15 Demonstração dos fluxos de caixa

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração do fluxo de caixa está demonstrada na nota explicativa nº7.

b) Informações suplementares

Transações que não envolvem caixa:

	<u>Nota</u>	<u>2023</u>
Imobilizado	9	7
Fornecedores	8	(7)

Manoel de Andrade Lira Neto
Diretor
CPF: 666.153.054-53

Julio Roberto Baruchi
Contador
CRC: 1SP206243/O-5
CPF: 008.175.478-78

* * *